

Crescimento e inflação ajudam o governo a obter superávit fiscal

Denise Neumann
De São Paulo

A inflação e o crescimento econômico garantiram uma parcela bastante expressiva do superávit primário do governo no primeiro semestre deste ano. Cálculos da Secretaria de Política Econômica (SPE) — divulgado no boletim de acompanhamento macroeconômico de agosto — mostram que os tributos relacionados à atividade permitiram um ganho extra de arrecadação de R\$ 14,5 bilhões nos primeiros sete meses de 2000 em relação ao mesmo período do ano passado.

A receita com tributos ligados à produção cresceu 22%, somando um ganho adicional de R\$ 10,1 bilhões. Outros R\$ 4,4 bilhões vieram do aumento da massa salarial. Estes dados são nominais, indicando que parte da recuperação fiscal veio da inflação. Nos 12 meses encerrados em julho, o IPCA acumulou alta de 7,1% e o IGP-DI, de 14,8%.

“O crescimento de 2000 está mais apoiado na produção industrial e no consumo interno”, observa o secretário-adjunto da SPE, Fernando Montero. Em 1999, lembra, a agricultura e as exportações — dois segmentos com menor carga de impostos — puxaram o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e contribuíram pouco para o superávit do ano passado.

Em 1999, a receita do governo central cresceu R\$ 27,2 bilhões,

Bases sólidas

Arrecadação de impostos, em R\$ milhões, janeiro/julho*

Tributos relacionados à produção

Tributo	2000	1999	Variação (%)
Total	55.974	45.821	22,2
Cofins	21.480	17.582	22,2
Pis-pasep	5.335	4.510	18,3
IPI	9.945	8.218	21,0
IRPJ e CSLL	14.794	11.322	30,7
Imp. importação	4.420	4.190	5,5

Tributos relacionados à massa salarial

Tributo	2000	1999	Variação (%)
Total	41.956	37.514	11,8
Receita INSS	28.801	25.779	11,7
Salário educação	1.534	1.305	17,6
IRRF-Trabalho	7.344	6.680	9,9
Cont. Segur. Servidores	1.979	1.761	12,4
IRPF	2.298	1.989	15,5

Fonte: SRF, STN, FNDE. Elaboração: SPE/MF. (*) Receita líquida ajustada: retirou-se da base de comparação as receitas extraordinárias e os efeitos de alterações na legislação tributária

dos quais R\$ 16,3 bilhões vieram de ganhos extraordinários, indicando que fontes mais precárias ajudaram a fazer o superávit. Em 2000, o ganho fiscal começa a vir de bases mais sólidas, avalia Montero. No primeiro semestre de 2000, o setor público obteve um superávit primário de R\$ 23,7 bilhões. Os R\$ 14,5 bilhões correspondem a um mês a mais (janeiro-julho), mas ajustados para seis meses eles respondem por cerca de 52% daquele superávit.

Economistas que acompanham as contas públicas também já percebem os sinais do crescimento econômico nos resultados fiscais e consideram positivo que eles estejam substituindo receitas menos “nobres”.

Os ganhos, contudo, precisam ser relativizados. Contas preliminares feitas pela Rosemberg & Associados mostram que o crescimento contribuiu para um ganho real de 4,5% na arrecadação do governo federal nos primeiros sete meses de 2000. Se for mantido neste ritmo até o final do ano — uma hipótese considerada provável pela consultoria — a recuperação econômica contribuirá com uma arrecadação extra (já descontada a inflação) de R\$ 12 bilhões no ano.

Apesar do superávit obtido até junho — R\$ 7,5 bilhões acima das metas estabelecidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — José Augusto Savasini, sócio-diretor da Rosemberg, ava-

lia que o resultado final de 2000 será menos expressivo. “O governo vai conseguir cumprir a meta de R\$ 30 bilhões, mas não com uma folga tão expressiva”, diz ele. O ano é de eleições e até abril o governo comprimiu o pagamento de despesas que agora não pode mais adiar, pondera.

Para Juan Perez Ferres, da LCA Consultores, a inflação explica a maior parte dos ganhos adicionais de arrecadação que estão sendo obtidos em 2000. “O efeito inflação é maior que o da atividade econômica”, argumenta.

Ferres calculou o crescimento na arrecadação de ICMS (sem tarifas públicas), Cofins e IPI (excetuando bebidas, fumo e automóveis) e deflacionou cada um deles pela inflação, utilizando IPCA para os dois primeiros e IGP-DI para o terceiro.

Os resultados foram menos expressivos que os 22% calculados pela SPE. Em ICMS, o ganho efetivo foi de 4,5%, em IPI de 3,4% e na Cofins, de 7,4%.

Fábio Akira, responsável pelo acompanhamento fiscal na Tendências Consultoria, concorda que a recuperação da atividade já está contribuindo para o ajuste fiscal do governo. Ele pondera, contudo, que tributos como Cofins e Pis-Pasep amplificam o efeito do crescimento econômico sobre a arrecadação por serem impostos em cascata.

Leia o boletim da SPE em
www.fazenda.gov.br